

III

Sessões realizadas
em 2023



III. Sessões realizadas em 2023

A. | Introdução

A Corte realiza, anualmente, reuniões colegiadas em determinados períodos de sessões. Essas sessões colegiadas podem ser presenciais ou virtuais. As sessões presenciais ocorrem tanto na sede, em San José, Costa Rica, como fora da sede. Em cada período de sessões, a Corte realiza diversas atividades.

- ▶ Audiências sobre casos contenciosos, supervisão de cumprimento de sentenças ou medidas provisórias.
- ▶ Deliberação sobre casos contenciosos.
- ▶ Proferimento de sentenças sobre casos contenciosos.
- ▶ Emissão de resoluções sobre supervisão de cumprimento de sentenças.
- ▶ Emissão de resoluções sobre medidas provisórias.
- ▶ Supervisão do cumprimento de sentenças e da implementação de medidas provisórias.
- ▶ Consideração de diversos trâmites nos assuntos pendentes no Tribunal, além de questões de natureza administrativa.
- ▶ Realização de diligências probatórias.

B. | Resumo das sessões

Em 2023, a Corte realizou nove períodos ordinários de sessões, num total de 22 semanas. Desses períodos, dois foram realizados fora da sede da Corte, nas cidades de Santiago, Chile; e Bogotá, Colômbia. Foi também realizado um período extraordinário de sessões.

Segue-se o detalhamento desses períodos ordinários de sessões.

CRONOGRAMA DE PERÍODOS DE SESSÕES DO ANO 2023

155

PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES

A Corte Interamericana celebrou seu **155 POS** de 23 de janeiro a 9 de fevereiro de 2023.

160

PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES

A Corte Interamericana celebrou seu **160 POS** de 21 de agosto a 8 de setembro de 2023.

PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES

156

A Corte Interamericana celebrou seu **156 POS** de 6 a 24 de março de 2023.

PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES

161

A Corte Interamericana celebrou seu **161 POS** de 18 a 29 de setembro de 2023.

157

PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES

A Corte Interamericana celebrou seu **157 POS** de 17 a 28 de abril de 2023.

162

PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES

A Corte Interamericana celebrou seu **162 POS** de 9 a 20 de outubro de 2023.

PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES

158

A Corte Interamericana celebrou seu **158 POS** de 15 a 26 de maio de 2023.

PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES

163

A Corte Interamericana celebrou seu **163 POS** de 13 de novembro a 1º de dezembro de 2023.

159

PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES

A Corte Interamericana celebrou seu **159 POS** de 12 a 30 de junho de 2023.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Corte Interamericana celebrou **Sessão Extraordinária** 12 de dezembro de 2023.



155º Período Ordinário de Sessões

A Corte realizou seu 155º Período Ordinário de Sessões de 23 de janeiro a 9 de fevereiro, em uma modalidade híbrida que combina atividades presenciais e virtuais.

▶ Abertura do Ano Judiciário Interamericano

Em 7 de fevereiro, tomou posse a nova Mesa Diretora da Corte Interamericana, constituída pelo Presidente, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, e pelo Vice-Presidente, Juiz Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, de nacionalidades uruguaia e mexicana, respectivamente. Na abertura do Ano Judiciário Interamericano fizeram uso da palavra o Presidente da Corte, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, e o Primeiro Vice-Presidente da República da Costa Rica, Stephan Neibig. Além disso, a Presidente do Superior Tribunal de Justiça do Brasil, Ministra Maria Thereza Rocha, e o ex-presidente e ex-juiz da Corte Interamericana, Sergio García Ramírez, proferiram conferências magistrais.



▶ Atividades judiciais

Foram realizadas oito audiências presenciais de casos contenciosos;²⁷ deliberou-se sobre três sentenças²⁸ e uma diligência pública virtual foi executada;²⁹ houve quatro audiências de supervisão de cumprimento de sentenças³⁰ e deliberou-se sobre cinco resoluções de medidas provisórias.³¹

27 Caso López Sosa Vs. Paraguai; Caso Guzmán Medina Vs. Colômbia; Caso Vega González e outros Vs. Chile; Caso Povos Rama e Kriol, Comunidade de Monkey Point e Comunidade Negra Creole Indígena de Bluefields e seus membros Vs. Nicarágua; Caso Nuñez Naranjo e outros Vs. Equador; Caso Cajahuanca Vásquez Vs. Peru; Caso Gutiérrez Navas e outros Vs. Honduras; Caso Airton Honorato e outros Vs. Brasil.

28 Caso García Rodríguez e Reyes Alpízar Vs. México; Caso Aguinaga Aillón Vs. Equador; Caso Olivera Fuentes Vs. Peru.

29 Caso Baptiste Willer e outros Vs. Haiti.

30 Caso dos Irmãos Gómez Paquiyauri Vs. Peru; Caso Azul Rojas Marín e outra Vs. Peru; Caso “Cinco Pensionistas” Vs. Peru; Caso López Lone e outros Vs. Honduras.

31 Assunto Juan Sebastián Chamorro e outros a respeito da Nicarágua; Caso Revilla Soto Vs. Venezuela; Caso Tabares Toro Vs. Colômbia; Assunto da Unidade de Internação Socioeducativa a respeito do Brasil; Assunto Castro Rodríguez a respeito do México.

▶ Atividades protocolares



O Presidente da Corte, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, o Secretário da Corte, Pablo Saavedra Alessandri, e a Secretária Adjunta, Romina I. Sijniensky, receberam, na sede do Tribunal, Rodrigo Chaves Robles, Presidente da Costa Rica. Em sua visita à Corte, o Presidente da Costa Rica lembrou a histórica tradição de relacionamento de seu país com o Tribunal e declarou que o Estado continuará fortalecendo a cooperação com a Corte.

O pleno manteve reunião com o Presidente da Corte de Justiça do Caribe, Juiz Adrián Saunders. Nessa reunião se destacou a importância da intensificação do conhecimento do trabalho da Corte nos países do Caribe e, em especial, com a Corte de Justiça do Caribe.

O pleno da Corte também se reuniu com a Federação Latino-Americana de Magistrados. O Presidente da Corte, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, se reuniu com Juan Carlos Larrea, Procurador-Geral da República do Equador.



Finalmente, foram assinados três convênios de cooperação com as instituições seguintes: Colégio Nacional de Advogados do México, Conselho Nacional do Ministério Público do Brasil e Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa do Brasil.

Para conhecer maiores detalhes, entrar [aqui](#).



156° Período Ordinário de Sessões

A Corte realizou seu 156° Período Ordinário de Sessões de 6 a 24 de março, em uma modalidade híbrida que combina atividades presenciais e virtuais.



► Atividades jurisdicionais

Foram realizadas três (3) audiências públicas de casos contenciosos³² e deliberou-se sobre três sentenças.³³ Foi iniciado o estudo de duas sentenças³⁴ e duas audiências de supervisão de cumprimento de sentenças foram realizadas,³⁵ além de uma de medidas provisórias.³⁶ Foram emitidas sete resoluções de supervisão de cumprimento de sentenças³⁷ e quatro (4) resoluções sobre medidas provisórias.³⁸



► Atividades protocolares

Foi assinado um convênio de cooperação com o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, Tribunal de Justiça do Brasil.

Para conhecer maiores detalhes, entrar [aqui](#)



157º Período Ordinário de Sessões

A Corte realizou seu 157º Período Ordinário de Sessões de 17 a 28 de abril. A Corte se reuniu em sessões virtuais de 17 a 21 de abril e de forma presencial na sede do Tribunal Constitucional do Chile, de 24 a 28 de abril, atendendo a convite do Estado do Chile.

- 32 Caso Viteri Ungaretti e outros Vs. Equador; Caso Rodríguez Pacheco e outra Vs. Venezuela; Caso Beatriz e outros Vs. El Salvador.
- 33 Caso Hendrix Vs. Guatemala; Caso Scot Cochran Vs. Costa Rica; Caso Álvarez Vs. Argentina.
- 34 Caso Comunidade Garífuna de San Juan e seus membros Vs. Honduras; Caso Comunidade Indígena Maya Q'eqchi Agua Caliente Vs. Guatemala.
- 35 Caso García e familiares Vs. Guatemala; Caso Radilla Pacheco Vs. México.
- 36 Caso Gudiel Álvarez e outros ("Diário Militar") Vs. Guatemala.
- 37 Caso Gutiérrez e família Vs. Argentina; Caso Barbosa de Souza e outros Vs. Brasil; Caso Vera Rojas e outros Vs. Chile; Caso Norín Catrimán e outros (Dirigentes, Membros e Ativista do Povo Indígena Mapuche) Vs. Chile; Caso das Comunidades Afrodescendentes deslocadas da Bacia do Rio Cacarica (Operação Gênesis) Vs. Colômbia; Caso Tibi Vs. Equador g) Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguai. [¿POR QUÉ HAN RESALTADO ESTA INFORMACIÓN?]Por que la g)?
- 38 Assunto pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Evaristo de Moraes (PEM) a respeito do Brasil; Assunto Membros do Grupo de Cidadãos dedicados à investigação da igualdade dos direitos do homem (Acclidh) a respeito do Haiti; Assunto Integrantes da Equipe Jornalística da Rádio "La Costeñísima" a respeito da Nicarágua; Caso Molina Theissen Vs. Guatemala.

▶ Atividades jurisdicionais

Foram realizadas quatro (4) audiências públicas de casos contenciosos,³⁹ deliberou-se sobre uma Sentença,⁴⁰ três audiências de supervisão de cumprimento de sentenças e medidas provisórias foram realizadas,⁴¹ além de uma diligência in situ a respeito do cumprimento de uma Sentença emitida em um caso contra o Estado do Chile;⁴² oito resoluções de supervisão de cumprimento de sentença foram emitidas.⁴³

▶ Atividades protocolares e acadêmicas

Em 24 de abril, teve lugar a Cerimônia de Instalação do Período de Sessões no Ministério das Relações Exteriores do Chile. Participaram o Presidente da Corte Interamericana, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, o Presidente da Corte Suprema de Justiça do Chile, Juan Eduardo Fuentes Belmar, a Presidente do Tribunal Constitucional do Chile, Nancy Yáñez Fuenzalida, o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alberto van Klaveren, e o Ministro da Justiça e Direitos Humanos, Luis Cordero. No âmbito da cerimônia de instalação, registrou-se uma homenagem ao ex-juiz e ex-vice-presidente da Corte, Eduardo Vío Grossi.



O pleno da Corte Interamericana manteve reuniões com o Presidente da República do Chile, Gabriel Boric, o pleno da Suprema Corte de Justiça do Chile, o pleno do Tribunal Constitucional do Chile, com o Ministro das Relações Exteriores, Alberto Van Klaveren, e com o Ministro da Justiça e Direitos Humanos, Luis Cordero.



39 Caso Povos Indígenas U'wa e seus membros Vs. Colômbia; Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara Vs. Brasil; Caso Córdoba e outro Vs. Paraguai; Caso Bendezú Tunçar Vs. Peru.

40 Caso Comunidade Indígena Maya Q'eqchi Agua Caliente Vs. Guatemala.

41 Caso Maldonado Vargas e outros Vs. Chile; Caso Poblete Vilches e outros Vs. Chile; Caso Pavez Pavez Vs. Chile.

42 Visita ao Hospital Sótero del Río.

43 Caso Fontevecchia e D'Amico Vs. Argentina; Caso Pavez Pavez Vs. Chile; Caso Maldonado Vargas e outros Vs. Chile; Caso Trueba Arciniega e outros Vs. México; Caso Noguera e outra Vs. Paraguai; Caso Ríos Avalos e outro Vs. Paraguai; Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai; Caso Maidanik e outros Vs. Uruguai.



Foi realizado o seminário internacional “O impacto da jurisprudência da Corte Interamericana no Chile e seus desafios”, do qual participaram o pleno da Corte e representantes do setor acadêmico. No decorrer do seminário, teve lugar uma homenagem à trajetória da ex-presidente e ex-juíza da Corte Interamericana, Cecilia Medina Quiroga, da qual participaram o Presidente da Corte Interamericana, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alberto van Klaveren, e a Reitora da Universidade do Chile, Rosa Deves.

Foi realizado o workshop “O impacto transformador do cumprimento das decisões da Corte Interamericana no Chile”, organizado juntamente com o Ministério das Relações Exteriores do Chile e o Instituto Max Planck de Direito Público Comparado e Direito Internacional.

Foi organizado um evento de capacitação para defensores e defensoras públicas interamericanas, em conjunto com a Associação Interamericana de Defensorias Públicas e a Defensoria Penal Pública do Chile.

Finalmente, foram assinados convênios de cooperação com a Suprema Corte de Justiça do Chile, o Tribunal Constitucional do Chile, o Ministério das Relações Exteriores do Chile, a Universidade do Chile, a Universidade Adolfo Ibañez, a Universidade Alberto Hurtado, a Universidade de Concepción, a Universidade Diego Portales, a Universidade dos Andes e o Colégio de Jornalistas do Chile.

Para conhecer maiores detalhes, entrar [aqui](#).



158° Período Ordinário de Sessões

A Corte realizou seu 158° Período Ordinário de Sessões de 15 a 26 de maio, de maneira presencial.

► Atividades jurisdicionais

Foi realizada uma audiência pública de um caso contencioso,⁴⁴ deliberou-se sobre cinco sentenças⁴⁵ e uma resolução de supervisão de cumprimento de sentença foi emitida.⁴⁶

44 Caso Arboleda Gómez Vs. Colômbia.

45 Caso Comunidade Indígena Maya Q'eqchi Agua Caliente Vs. Guatemala; Caso López Sosa Vs. Paraguai; Caso Núñez Naranjo e outros Vs. Equador; Caso Boleso Vs. Argentina; Caso Tabares Toro Vs. Colômbia.

46 Caso Hernández Vs. Argentina.

► **Diálogo entre as Cortes Regionais de Direitos Humanos (Corte Interamericana de Direitos Humanos; Tribunal Europeu de Direitos Humanos; Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos)**



Em 25 e 26 de maio, a Corte Interamericana, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos e a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos organizaram o Diálogo entre as três Cortes Regionais de Direitos Humanos, em San José, Costa Rica. Desse evento participaram as três presidências dos mais altos tribunais de direitos humanos: a Juíza Imani Daud Aboud, Presidente da Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos; a Juíza Síofra O’Leary, Presidente do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, e o Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Além disso, participaram do diálogo os juízes e juízas dos altos tribunais. Da Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos participaram Blaise Alphonse Tchikaya, Vice-Presidente; Rafea Ben Achour, juiz; Ntyam Ondo Mengue, juíza; Stella Isibhakhomen Anukam, juíza; e Sacko Modibo, juiz. Do Tribunal Europeu de Direitos Humanos participaram Arnfinn Bårdsen, juiz; María Elósegui, juíza; Darian Pavli, juiz; e Anja Seibert Fohr, juíza; e da Corte Interamericana de Direitos Humanos participaram Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, Vice-Presidente; Humberto Antonio Sierra Porto, juiz; Nancy Hernández López, juíza; Verónica Gómez, juíza; Patricia Pérez Goldberg, juíza; e Rodrigo Mudrovitsch, juiz. Também da Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos participou Raymond Henry Diouf, Secretário Adjunto; e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Pablo Saavedra Alessandri, Secretário, e Romina I. Sijniensky, Secretária Adjunta. Além disso, o diálogo contou com a participação de diversos especialistas convidados.⁴⁷ Foram abordados temas relacionados ao meio ambiente, à mudança do clima, à independência judicial e ao Estado de Direito.

O evento foi encerrado com a assinatura da Declaração de San José (II), na qual as cortes regionais reafirmaram seu compromisso com os princípios e objetivos constantes dos respectivos instrumentos regionais de direitos humanos. Além disso, nessa declaração os tribunais acordaram que os Estados das três regiões devem garantir, em suas jurisdições, a proteção efetiva da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, essenciais para preservar a paz e o respeito da dignidade do ser humano. No âmbito desse diálogo entre as Cortes, foi realizado um seminário internacional sobre “Sistemas regionais de proteção de direitos humanos e seus desafios”, com a participação das presidências das três Cortes, na Universidade da Costa Rica. Esse evento foi possível graças ao apoio da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ).

Para conhecer maiores detalhes, entrar [aqui](#).

⁴⁷ Especificamente, participaram do evento Diego García-Sayán, ex-juiz e presidente da Corte Interamericana e ex-relator das Nações Unidas sobre a Independência de Magistrados e Advogados; David R. Boyd, Relator das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente; Nikki Reisch, Diretora do Programa de Clima e Energia do CIEL; Michael Gerrard, Diretor do Sabin Center, Columbia University, e Armin von Bogdandy, Diretor do Instituto Max Planck.

► Atividades protocolares

Foi assinado um convênio de cooperação entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal do Brasil e a Escola de Magistratura Federal da Primeira Região do Brasil.

A apresentação do livro “Comentário sobre o processo perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos” registrou a presença de Juízas, Juízes e diversos especialistas.

Para conhecer maiores detalhes, entrar [aqui](#).



159º Período Ordinário de Sessões

A Corte realizou seu 159º Período Ordinário de Sessões de 12 a 29 de junho, em uma modalidade híbrida que combinou atividades virtuais e presenciais.



Foram realizadas três (3) audiências públicas de casos contenciosos,⁴⁸ deliberou-se sobre uma (1) sentença,⁴⁹ deu-se prosseguimento à análise de duas (2) sentenças,⁵⁰ sete resoluções de supervisão de cumprimento de sentenças⁵¹ foram emitidas e quatro (4) resoluções sobre medidas provisórias foram aprovadas.⁵²

Para conhecer maiores detalhes, entrar [aqui](#).

48 Caso González Méndez e outros Vs. México; Caso Membros do Sindicato Único de Trabalhadores da ECASA – SUTECASA Vs. Peru; Caso dos Santos Nascimento e outra Vs. Brasil.

49 Caso Meza Vs. Equador.

50 Caso María e outro Vs. Argentina; Caso Comunidade Garífuna de San Juan e seus membros Vs. Honduras.

51 Caso do Povo Indígena Xucuru e seus membros Vs. Brasil; Caso Professores de Chañaral e outras municipalidades Vs. Chile; Caso Moya Chacón e outro Vs. Costa Rica; Caso Garzón Guzmán e outros Vs. Equador; Caso Manuela e outros Vs. El Salvador; Caso Alvarado Espinoza e outros Vs. México; Caso Digna Ochoa e familiares Vs. México.

52 Assunto quatro indígenas Mayangna privados de liberdade a respeito da Nicarágua; Assunto Monsenhor Rolando José Álvarez Lagos a respeito da Nicarágua; Ampliação de medidas no Assunto Habitantes das Comunidades do Povo Indígena Miskitu da Região Costa Caribe Norte a respeito da Nicarágua; Caso García Rodríguez e outro Vs. México.



160° Período Ordinário de Sessões

A Corte realizou seu 160° Período Ordinário de Sessões de 21 de agosto a 8 de setembro de 2023, em uma modalidade híbrida que combinou atividades virtuais e presenciais.

▶ Atividades jurisdicionais

Foi realizada uma audiência pública de um caso contencioso,⁵³ deliberou-se sobre nove sentenças⁵⁴ e cinco sentenças de interpretação;⁵⁵ foi conduzida uma audiência privada de supervisão de cumprimento⁵⁶ e uma audiência privada virtual de solicitação de medidas provisórias.⁵⁷

A Corte emitiu sete resoluções de supervisão de cumprimento de sentença,⁵⁸ deliberou sobre três resoluções sobre solicitação de medidas provisórias⁵⁹ e uma resolução sobre suspensão de medidas provisórias.⁶⁰

▶ Atividades protocolares e acadêmicas

O pleno recebeu a visita de Gustavo Petro Urrego, Presidente da Colômbia, na sede da Corte. Durante sua visita, o Presidente da Colômbia reafirmou o compromisso do país com o cumprimento obrigatório das sentenças emitidas pelo Tribunal. O pleno também agradeceu ao Presidente Gustavo Petro a oportunidade de se reunir em território colombiano em outubro de 2023.



53 Caso Yangali Iparraguirre Vs. Peru.

54 Caso Guzmán Medina e outros Vs. Colômbia; Caso Baptiste e outros Vs. Haiti; Caso María e outro Vs. Argentina; Caso Córdoba e outro Vs. Paraguai; Caso Bendezú Tuncar Vs. Peru; Caso Comunidade Garífuna de San Juan e seus membros Vs. Honduras; Caso Rodríguez Pacheco e outra Vs. Venezuela; Caso Tavares Pereira e outros Vs. Brasil; Caso Membros da Corporação Coletivo de Advogados José Alvear Restrepo (CAJAR) Vs. Colômbia.

55 Caso Nissen Pessolani Vs. Paraguai; Caso Valencia Campos e outros Vs. Bolívia; Caso Leguizamón Zaván e outros Vs. Paraguai; Caso Mina Cuero Vs. Equador; Caso Sales Pimenta Vs. Brasil.

56 Caso Heliodoro Portugal Vs. Panamá.

57 Assunto Salas Arenas e outros a respeito do Peru.

58 Caso López e outros Vs. Argentina; Caso Sales Pimenta Vs. Brasil; Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia; Caso das Comunidades Afrodescendentes deslocados da Bacia do Rio Cacarica (Operação Gênesis) Vs. Colômbia; Caso Carvajal Carvajal Vs. Colômbia; Caso Cortez Espinoza Vs. Equador; Caso Escaleras Mejía e outros Vs. Honduras.

59 Caso Molina Theissen Vs. Guatemala; Caso Vera Rojas e outros Vs. Chile; Assunto Salas Arenas e outros a respeito do Peru.

60 Caso Kawas Fernández Vs. Honduras. Medidas provisórias em favor de Dencen Andino Alvarado.

O pleno também recebeu a visita da Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Comissária Margarette May Macaulay. Essa visita possibilitou um intercâmbio de pontos de vista sobre as conquistas e desafios que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos enfrenta.



Finalmente, foram firmados cinco convênios de cooperação com diferentes instituições e universidades da região, inclusive a Defensoria Pública da Colômbia,⁶¹ a Junta Diretora do Colégio de Profissionais de Psicologia da Costa Rica, a Universidade Católica de Santa Maria do Peru, o Tribunal Superior de Justiça do Brasil, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Brasil e o Conselho Latino-Americano de Estudiosos de Direito Internacional e Comparado da República Dominicana.

Para maiores detalhes, entrar [aqui](#).



161º Período Ordinário de Sessões

A Corte realizou seu 161º Período Ordinário de Sessões de 18 a 26 de setembro de 2023, em uma modalidade híbrida que combinou atividades virtuais e presenciais.

▶ Atividades jurisdicionais

Deliberou-se sobre duas sentenças⁶² e duas resoluções de supervisão de cumprimento de sentença foram emitidas;⁶³ uma resolução sobre ampliação de medidas provisórias foi aprovada.⁶⁴

▶ Encontro de tribunais, cortes e salas constitucionais da América Latina

O Presidente da Corte Interamericana, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, e a Juíza Nancy Hernández López participaram do XXVIII Encontro de Tribunais, Cortes e Salas Constitucionais da América Latina e do Caribe, realizado em San José, Costa Rica, organizado em conjunto pelo Programa Estado de Direito para a América Latina, da Fundação KAS, a Corte Suprema de Justiça da Costa Rica e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

61 Foi efetivada a renovação do Convênio de Cooperação.

62 Caso Membros da Corporação Coletivo de Advogados José Alvear Restrepo (CAJAR) Vs. Colômbia; Caso Tavares Pereira e outros Vs. Brasil.

63 Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil; Caso Omeara Carrascal e outros Vs. Colômbia.

64 Assunto Juan Sebastián Chamorro e outros a respeito da Nicarágua.



► Atividades protocolares

A Corte recebeu a visita do Presidente do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, Stephan Harbarth, acompanhado de seu assistente, Dirk Sander, do Embaixador da Alemanha na Costa Rica, Daniel Kriener, e do Diretor do Programa Estado de Direito da KAS, Hartmut Rank. A Delegação da Alemanha manteve reunião com o Presidente da Corte, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, e com o Secretário Pablo Saavedra Alessandri, com a finalidade de trocar informações sobre o alcance jurisprudencial da Corte e sobre os desafios de ambos os tribunais.



A Corte recebeu a visita do Presidente do Tribunal Constitucional do Peru, Francisco Morales Saravia, juntamente com o Diretor-Geral do Centro de Estudos Constitucionais do Peru, Helder Domínguez Haro, e o Embaixador do Peru na Costa Rica, Juan F. Jiménez Mayor.

Finalmente, foi assinado um (1) convênio de cooperação com a Suprema Corte da Nação do México.

Para maiores detalhes, entrar [aqui](#).



162º Período Ordinário de Sessões

A Corte realizou seu 162º Período Ordinário de Sessões de 9 a 20 de outubro de 2023. A Corte se reuniu de forma presencial em Bogotá, Colômbia, graças ao convite do Estado da Colômbia, entre 9 e 13 de outubro; e continuou o período de sessões de forma virtual, entre 16 e 20 de outubro.

► Atividades jurisdicionais

Foram realizadas três (3) audiências públicas de casos contenciosos,⁶⁵ e cinco (5) audiências privadas de supervisão de cumprimento de sentença.⁶⁶ Foram emitidas cinco resoluções de supervisão de cumprimento de sentença,⁶⁷ aprovadas duas (2) resoluções sobre medidas provisórias⁶⁸ e uma Sentença.⁶⁹ Finalmente, deu-se início à deliberação de duas (2) sentenças.⁷⁰



► Atividades protocolares e acadêmicas

Em 9 de outubro de 2023, teve lugar a cerimônia de instalação do período de sessões no Ministério das Relações Exteriores da Colômbia. Participaram o Presidente da Corte Interamericana, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique; o Chanceler da República da Colômbia, Álvaro Leyva Durán; a Presidente da Corte Constitucional da Colômbia, Diana Fajardo Rivera; o Presidente da Corte Suprema de Justiça da Colômbia, Fernando Castillo Cadena; o Presidente do Conselho de Estado da Colômbia, Jaime Enrique Rodríguez Navas; o Presidente do Conselho Superior da Judicatura, Aurelio Enrique Rodríguez Guzmán; o Ministro da Justiça e do Direito da República da Colômbia, Néstor Iván Osuna; o Presidente da Jurisdição Especial para a Paz, Roberto Carlos Vidal; e a Diretora da Agência Nacional de Defesa Jurídica do Estado, Martha Lucía Zamora.

65 Caso Huilcaman Paillama e outros Vs. Chile; Caso Pérez Lucas e outros Vs. Guatemala; Caso Leite de Souza e outros Vs. Brasil.

66 Audiência privada de supervisão de cumprimento de sentença no Caso Isaza Uribe e outros Vs. Colômbia; Audiência privada de supervisão de cumprimento de sentença no Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia; Audiência privada de supervisão de cumprimento de sentença no Caso Vereda La Esperanza Vs. Colômbia; Audiência privada de supervisão de cumprimento de sentença no Caso das Comunidades Afrodescendentes deslocadas da Bacia do Rio Cacarica (Operação Gênesis) Vs. Colômbia; Audiência privada de supervisão de cumprimento de sentença no Caso Bedoya Lima e outra Vs. Colômbia.

67 Caso Argüelles e outros Vs. Argentina; Caso Fornerón e filha Vs. Argentina; Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil; Caso Flor Freire Vs. Equador; Caso Associação Nacional de Demitidos e Aposentados da Superintendência Nacional de Administração Tributária (ANCEJUB-SUNAT) Vs. Peru.

68 Caso dos membros da Aldeia Chichupac e comunidades vizinhas do Município de Rabinal, Caso Molina Theissen e outros 12 casos contra a Guatemala; Assunto Integrantes do Centro Nicaraguense de Direitos Humanos e da Comissão Permanente de Direitos Humanos (CENIDH-CPDH) a respeito da Nicarágua.

69 Caso Membros da Corporação Coletivo de Advogados José Alvear Restrepo (CAJAR) Vs. Colômbia.

70 Caso Comunidade de La Oroya Vs. Peru; Caso Airton Honorato e outros Vs. Brasil.



O pleno da Corte Interamericana manteve reuniões com o Presidente da República da Colômbia e com diversos ministros de Estado, o pleno do Tribunal Constitucional da Colômbia, o pleno do Conselho de Estado da Colômbia, o pleno da Corte Suprema de Justiça da Colômbia e o pleno de magistrados e magistradas da Jurisdição Especial para a Paz. A Corte manteve reuniões também com a Vice-Promotora da Colômbia, Martha Janeth Mancera, a Procuradora-Geral da Nação, Margarita Cabello Blanco, e o Defensor Público Carlos Ernesto Camargo Assis.



Foi realizado o seminário internacional "A 75 anos da Declaração Americana e 45 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: realizações e desafios", na Universidade Externado. Participou o pleno da Corte, juntamente com acadêmicos e acadêmicas. Também se registrou a "Mesa-redonda: avanços e desafios no cumprimento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Colômbia". Finalmente, foi conduzida uma jornada de capacitação para pessoas lotadas na Jurisdição Especial para a Paz da Colômbia.

Foi assinado um convênio de cooperação com o pleno de magistrados e magistradas da Jurisdição Especial para a Paz.

Para maiores detalhes, entrar [aqui](#).



163º Período Ordinário de Sessões

A Corte realizou seu 163º Período Ordinário de Sessões de 13 a 29 de novembro de 2023, em uma modalidade híbrida que combinou atividades virtuais e presenciais.

▶ Atividades jurisdicionais

Deliberou-se sobre seis (6) sentenças de casos contenciosos⁷¹ e duas (2) sentenças de interpretação.⁷² Foram realizadas uma audiência pública de um (1) caso contencioso⁷³ e uma audiência pública sobre uma solicitação de parecer consultivo.⁷⁴ Além disso, a Corte emitiu treze resoluções de supervisão de cumprimento de sentença⁷⁵ e aprovou duas (2) resoluções de medidas provisórias.⁷⁶

Para maiores detalhes, entrar [aqui](#).

▶ Eleição de nova Junta Diretora

A Juíza Nancy Hernández López, de nacionalidade costarriquenha, foi eleita Presidente. No mesmo ato foi eleito Vice-Presidente o Juiz Rodrigo Mudrovitsch, de nacionalidade brasileira. Pablo Saavedra Alessandri foi reeleito Secretário da Corte.

▶ Atividades protocolares e acadêmicas

Foi assinado um convênio de cooperação com o Ministério Público do Trabalho do Brasil, e apresentado o livro "Impacto da jurisprudência da Corte Interamericana de Derechos Humanos da perspectiva da defesa pública", pela AIDEF e pela Corte.

Para maiores detalhes, entrar [aqui](#).

71 Caso Comunidad de La Oroya Vs. Peru, Caso Airton Honorato e outros Vs. Brasil, Caso Tavares Pereira e outros Vs. Brasil, Caso Viteri Ungaretti e outros Vs. Equador, Caso Cajahuanca Vásquez Vs. Peru e Caso Gutiérrez Navas e outros Vs. Honduras.

72 Caso Olivera Fuentes Vs. Peru e Caso Benites Cabrera e outros Vs. Peru.

73 Caso Cuéllar Sandoval e outros Vs. El Salvador.

74 Solicitação de parecer consultivo sobre "as atividades das empresas privadas de armas e seus efeitos nos direitos humanos".

75 Caso Torres Millacura e outros Vs. Argentina. Resolução de reembolso ao Fundo de Assistência Jurídica de Vítimas, Caso 19 Comerciantes Vs. Colômbia, Caso Integrantes e Militantes da União Patriótica Vs. Colômbia, Caso Guevara Díaz Vs. Costa Rica, Caso Palacio Urrutia e outros Vs. Equador, Caso Massacre da Aldeia Los Josefinos Vs. Guatemala, Caso Chinchilla Sandoval e outros Vs. Guatemala, Caso da "Panel Blanca" (Paniagua Morales e outros) Vs. Guatemala, Caso dos ex-trabalhadores do Organismo Judicial Vs. Guatemala, Caso Muelle Flores Vs. Peru, Caso Rosadio Villavicencio Vs. Peru, Caso Chocrón Chocrón Vs. Venezuela e Caso Hermanos Landaeta Mejías e outros, Caso López Soto e outros e Caso Díaz Loreto e outros Vs. Venezuela.

76 Caso do Massacre de Las Dos Erres Vs. Guatemala e Assunto Habitantes das Comunidades do Povo Indígena Miskitu da Região Costa Caribe Norte a respeito da Nicarágua.

Período extraordinário de sessões

A Corte iniciou o processo de deliberação de uma sentença de interpretação de um caso contencioso,⁷⁷ e aprovou duas resoluções de medidas provisórias.⁷⁸

Para maiores detalhes, entrar [aqui](#).

► Os períodos de sessões da Corte Interamericana fora da sede

Desde 2005, a Corte Interamericana vem realizando períodos de sessões fora de sua sede em San José, Costa Rica. Em virtude da realização desses períodos de sessões, o Tribunal se trasladou a Argentina (duas vezes), Barbados, Bolívia, Brasil (três vezes), Chile (duas vezes), Colômbia (seis vezes), Equador (três vezes), El Salvador (duas vezes), Guatemala (duas vezes), Honduras (duas vezes), México (três vezes), Panamá (duas vezes), Paraguai (duas vezes), Peru, República Dominicana e Uruguai (três vezes).

As sessões fora da sede da Corte permitem conjugar de maneira eficiente dois objetivos: por um lado, aumentar a atividade jurisdicional e, por outro, divulgar de maneira eficiente o trabalho da Corte Interamericana, em especial, e do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, em geral. Conforme se mencionou, em 2023 foram realizados dois períodos de sessões, um no Chile e outro na Colômbia.

CHILE



COLOMBIA



77 Caso Integrantes e Militantes da União Patriótica Vs. Colômbia.

78 Assunto Membros dos Povos Indígenas Yanomami, Ye'kwana e Munduruku a respeito do Brasil; e Assunto Integrantes da Comunidade Indígena de Choréachi a respeito do México.

OS PERÍODOS DE SESSÕES DA CORTE INTERAMERICANA FORA DE SUA SEDE

2005-2023



Em **18** anos a Corte

Visitou **16** Estados

Realizou **35** Períodos de Sessões fora da sede

Conduziu **136** audiências

Conduziu **48** seminários

MÉXICO

- 2008 (37 PES)
- 2013 (48 PES)
- 2016 (55 PES)

GUATEMALA

- 2007 (30 PES)
- 2017 (57 PES)

EL SALVADOR

- 2006 (29 PES)
- 2018 (59 PES)

HONDURAS

- 2008 (33 PES)
- 2015 (53 PES)

PANAMÁ

- 2011 (43 PES)
- 2017 (58 PES)

EQUADOR

- 2010 (42 PES)
- 2012 (45 PES)

PERU

- 2010 (41 PES)

CHILE

- 2010 (40 PES)
- 2023 (157 POS)

REP. DOMINICANA

- 2009 (38 PES)

BARBADOS

- 2011 (44 PES)

COLÔMBIA

- 2007 (31 PES)
- 2011 (92 POS)
- 2013 (47 PES)
- 2015 (52 PES)
- 2019 (62 PES)
- 2023 (162 POS)

BRASIL

- 2006 (27 PES)
- 2013 (49 PES)
- 2022 (150 POS)

BOLÍVIA

- 2010 (40 PES)

PARAGUAI

- 2005 (26 PES)
- 2014 (51 PES)

URUGUAI

- 2008 (35 PES)
- 2019 (60 PES)
- 2022 (153 POS)

ARGENTINA

- 2006 (28 PES)
- 2019 (61 PES)